



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PEDRO DE TOLEDO

PEDRO DE TOLEDO

VAI VIVER
UMA NOVA
HISTÓRIA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2018

CONTRATO DE GESTÃO Nº 34/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E A SOCIEDADE BENEFICENTE CAMINHO DE DAMASCO, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, NA ÁREA DA SAÚDE, VISANDO ATIVIDADES NO MUNICÍPIO CONFORME NORMAS LEGAIS – OSS.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 46.578.530.0001-12, com sede à Avenida Coronel Raimundo Vasconcelos, nº 230, Centro, município de Pedro de Toledo, Estado de São Paulo, CEP 11.790-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor **ELEAZAR MUNIZ JUNIOR**, brasileiro, casado, portador do R.G. nº 42.400.364-8 SSP/SP e do CPF nº 218.905.338-23, residente e domiciliado na Rua Professora Suely Paganini Ribeiro, nº 212, Centro, Pedro de Toledo/SP, doravante denominada **ÓRGÃO CONTRATANTE**, e a SOCIEDADE BENEFICENTE CAMINHO DE DAMASCO, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 48.211.585/0001-15, com sede à Rua Gabriela, nº 144, município de Garça, Estado de São Paulo, CEP 17.400-000, qualificada como organização social nos termos da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor **LUIS ANTONIO PICERNI HERCE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do R.G. nº 11.784.356-8 SSP/SP e do CPF nº 034.804.548-44, residente e domiciliado na Avenida Clavasio Alves da Silva, nº 525, bl. 02, apto. 53, Bairro do Limão, São Paulo/SP, doravante denominada **ÓRGÃO CONTRATADO**, com fundamento no que dispõe o mesmo diploma legal, RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Gestão nº 34/2018, referente ao gerenciamento, no âmbito da Saúde de Pedro de Toledo, com o fulcro nas Leis e Decretos: Lei Federal 8080/90, Decreto Presidencial 7.508/11, Decreto Municipal 2112/18 e da Lei Municipal 1533, de 2018, mediante as seguintes cláusulas e condições.

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. O presente Contrato de Gestão tem por objeto a execução, operacionalização e o gerenciamento da unidade de saúde situada na Avenida Raimundo Vasconcelos, n. 365, Centro, e apoio à Gestão de unidades do município de Pedro de Toledo/SP, conforme plano de trabalho.



Parágrafo Único: As atividades compreendidas no objeto desse Contrato de Gestão serão implementadas segundo as obrigações, responsabilidades, critérios de avaliação, indicadores de desempenho e outras condições de execução definidas como essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 2^a. O desenvolvimento das ações observará o modelo de ação integral e contínua aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

CLAUSULA 3^a. A Organização Social poderá, no ato da assinatura do contrato de Gestão, indicar a atividade associativa ou de cooperação técnica com outra instituição sem fins lucrativos, desde que não haja repasse de recursos para a mesma.

CLAÚSULA 4^a. A Organização Social deverá estabelecer limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da Organização Social no exercício de suas funções.

DAS METAS

CLÁUSULA 5^a. As metas previstas no objeto do Contrato de Gestão serão implementadas segundo as especificações no Plano de Trabalho da Organização Social, bem como estabelecidos em cronograma específico de implementação dos serviços no período contratual a ser formalizado entre as partes.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

CLÁUSULA 6^a. São Obrigações do órgão Contratante:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA os meios necessários à execução do objeto do presente Contrato de Gestão;
- b) Garantir os recursos financeiros para execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, realizando o repasse mensal;
- c) Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do objeto deste CONTRATO de GESTÃO do ano em exercício e dos anos subsequentes ao da assinatura do presente CONTRATO de GESTÃO, para fins de custeio da execução do objeto contratual;
- d) Permitir o uso de bens móveis e imóveis, mediante Termo de Permissão de Uso;
- e) Inventariar, avaliar e identificar previamente os bens móveis e imóveis para formalização do Termo de Cessão de Uso;
- f) Promover o afastamento de servidores públicos cedidos para a Organização Social mediante autorização governamental, observando-se o interesse



público e responsabilizar-se pelos direitos dos funcionários públicos cedidos;

- g) Supervisionar tecnicamente a implantação e o desenvolvimento do objeto previsto no Contrato de Gestão por meio de Comissão de Avaliação que deverá emitir pareceres sobre a prestação dos serviços pela CONTRATANTE a cada três meses com avaliação dos resultados obtidos pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, elaborando relatório conclusivo sobre a análise procedida;
- h) Responsabilizar-se pelos serviços essenciais tais como segurança, abastecimento de água, energia elétrica, gás, telecomunicações, guarda uso e controle de substâncias radioativas equipamentos e materiais nucleares, captação e tratamento de esgoto, lixo comum, lixo hospitalar, processamento de dados, serviços funerários, responsabilidade civil sobre remoção de pacientes vítimas de acidentes de trânsito, bem como pela adequação de espaços físicos nos termos da legislação sanitária, obrigações decorrentes de outras legislações como a dos órgãos de classe como o COREN, CREMESP e outros como a Anvisa, manutenção predial, manutenção e/ou reposição de equipamentos médicos garantindo à contratada espaço físico adequado, equipamentos, seguros, insumos, materiais médicos, reposição de equipamento em caso de furto ou roubo qualificado, e demais insumos necessários ao desenvolvimento dos serviços a serem prestados e cumprimento das exigências da legislação para funcionamento da Unidade de Saúde;
- i) Disponibilizar à Contratada, no prazo acordado entre as partes, os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços objeto deste Contrato de gestão.
- j) Repasse integral de recursos do SUS para as atividades do objeto do contrato de gestão em caso de ampliação do teto SUS.
- k) Responsabilizar-se pela constante atualização do CNES.
- l) Responsabilizar-se pela transferência de recursos para rescisão de contratos de trabalho pelo regime da CLT de empregados admitidos para desenvolvimento do objeto, ao final do Contrato de Gestão.

§1º. A Organização Social contratada será responsável apenas pela execução, operacionalização e o gerenciamento da unidade de saúde situada na Avenida Raimundo Vasconcelos, n. 365, Centro e gestão de unidades, sendo que os demais serviços de saúde do município são de inteira responsabilidade do poder público municipal, bem como a responsabilidade sobre ações cíveis de pacientes decorrentes de omissão, imperícia, culpa ou dolo ocasionada por profissionais efetivos e/ou contratados pelo poder público.

§2º. O Termo de cessão de bens móveis e imóveis deverá relacionar as dependências a serem cedidas para a realização dos serviços descritos no objeto do Contrato de Gestão.



§ 3º. As dependências a serem cedidas à Organização Social deverão apresentar as condições exigidas pela vigilância sanitária e demais órgãos públicos de fiscalização, ficando o poder público responsável pelas adaptações exigidas pelos órgãos de controle.

§ 4º. O poder público será responsável pelas providências a serem adotadas em caso de catástrofes ambientais, incêndio, desabamentos, panes elétricas, ou outros fatos, que por ventura ocorram nas dependências do centro de saúde, que acarretem interdição das dependências do mesmo, responsabilizando-se ainda o poder público pelos danos causados ou que venham a ser causados aos usuários, empregados, funcionários públicos ou contratados em decorrência destes fatos.

§ 5º. Na hipótese do parágrafo anterior, caso as atividades sejam paralisadas em virtude da falta de espaço físico para o desenvolvimento das atividades e prestação de serviços, o poder público arcará com todas as despesas de custeio assumidas pela organização social contratada, inclusive pelos encargos de demissão de funcionários, se necessário demitir, comprometendo-se a disponibilizar espaço físico para desenvolvimento das atividades previstas neste contrato de gestão.

II - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA 7ª. São de responsabilidade da CONTRATADA, além das estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde, as seguintes:

- I- Prestar serviços de saúde que estão especificados no Plano de Trabalho e nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS, especialmente o disposto na Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:
 - a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde;
 - b) Integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços de urgência e emergência, preventivos e curativos, exigidos para cada caso, em atuação conjunta com os demais equipamentos do sistema único de saúde, existentes no município;
 - c) Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança, dos pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por e seu empregado ou seu preposto;
 - d) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
 - e) Igualdade de assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
 - f) Direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
 - g) Prestação dos serviços com qualidade e eficiência;



- h) Observar, na implantação e desenvolvimento do objeto do Contrato de Gestão, as diretrizes propostas pelo ÓRGÃO CONTRATANTE;
 - i) Submeter ao ÓRGÃO CONTRATANTE, os relatórios gerenciais das atividades desenvolvidas mensalmente, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhados da prestação de contas financeira correspondentes ao mês.
- II- Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto da avença.
- III- Contratar Serviços de terceiros, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes.
- IV- Administrar os bens móveis e imóveis, cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso.
- V- A organização social contratada responsabilizar-se-á pelo pagamento das verbas em razão de vínculo trabalhista dos empregados que vierem a laborar no ÓRGÃO CONTRATANTE, quando os mesmos estiverem sob orientação direta da Contratada, salvo encargos de demissão dos mesmos ao final do Contrato de Gestão.
- VI-
- § 1º.** O ÓRGÃO CONTRATANTE responderá por danos causados aos empregados da ENTIDADE SOCIAL CONTRATADA que estejam executando serviços sob orientação direta da CONTRATANTE.
- § 2º.** A contratada ficará responsável pela contratação de prestadores de serviços, referente às atividades relacionadas neste Contrato de Gestão, nos anexos técnicos e no Plano de Trabalho da Organização Social.
- § 3º.** O Termo de Permissão de Uso especificará os bens e seu estado de conservação e definirá as responsabilidades da CONTRATADA quanto à sua guarda, até a sua restituição.
- § 4º.** A instalação de bens móveis ou immobilizados nos equipamentos objeto de permissão de uso, e as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporadas ao patrimônio municipal.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA 8ª. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão especificados nos anexos I e III, a Contratante repassará à Contratada os valores definidos no Anexo II- Sistema de pagamento.

§1º. O Valor do presente Contrato de Gestão perfaz a importância global de R\$ 4.184.481,24 (Quatro milhões, cento e oitenta e quatro mil,



quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), sendo demandado mediante ordens de serviço para sua implantação e correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Fundo Municipal de Saúde – 10.301.01.09.2033

Ficha Orçamentaria: 94

Ficha Orçamentaria: 95

Ficha Orçamentaria: 96

§2º. Observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, os recursos do ÓRGÃO CONTRATANTE serão objeto de empenho ou reforço ou ainda de remanejamento para as respectivas Notas de Empenho.

§3º. O contrato será remunerado, mediante ordens de serviços exaradas pela Diretoria de Saúde de Pedro de Toledo/SP, devendo respeitar o plano de trabalho, conforme as necessidades da Municipalidade.

§4º. O repasse financeiro deverá respeitar os valores determinados nas ordens de serviço, obedecendo aos percentuais e datas;

Até o dia 10 – 30%

Até o dia 20 – 35%

Até o dia 30 – 35%.

CLAUSULA 9ª. Os recursos repassados à Contratada poderão ser, por esta, aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados desta aplicação sejam revertidos, exclusivamente, ao objeto do presente Contrato de Gestão.

CLAUSULA 10ª. Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente Contrato de Gestão poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social, sendo ainda facultado contrair empréstimos junto à organismos nacionais e internacionais, bem como contrair empréstimos em caso de atraso no pagamento das parcelas mensais, dos recursos a serem transferidos, arcando o poder público com os juros e correção monetária daí resultantes ou resultantes de pagamento em atraso de fornecedores, tributos e demais obrigações da contratada assumidas e decorrentes do desenvolvimento de ações para cumprimento do objeto do contrato de gestão, que não possam ser honradas por inadimplência do poder público.

CLÁUSULA 11ª. Os recursos deverão estar liberados pelo ÓRGÃO CONTRATANTE para serem pagos à ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTRATADA em parcelas mensais de R\$348.706,77 (Trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e seis reais e setenta e sete centavos), nos dias 10, 20 e 30 respectivamente de cada mês, sendo as parcelas liberadas para pagamento do desenvolvimento dos trabalhos do mês em curso.

Parágrafo Único: O ÓRGÃO CONTRATANTE responderá pelos danos materiais ocasionados pelo não cumprimento dessa cláusula, acrescidos das despesas acessórias, tais como multa de 2%, juros e outros custos que,



por ventura, sejam custeadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTRATADA em razão de atraso na transferência de recursos financeiros pelo poder público, desde que devidamente comprovadas por documentação hábil, sendo que os valores apurados serão incorporados aos valores da parcela subsequente.

DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

CLÁUSULA 12^a. Poderão ser cedidos à ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTRATADA, em caráter precário, e a título de permissão de uso e pelo prazo previsto nesse Contrato de Gestão, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações do ÓRGÃO CONTRATANTE necessários à implementação das ações do objeto do Contrato de Gesto.

DOS RELATÓRIOS GERENCIAIS

CLÁUSULA 13^a. A Organização Social contratada apresentará ao órgão contratante, mensalmente, relatórios gerenciais circunstanciados sobre a execução do presente Contrato de Gestão efetuando o balizamento dos resultados alcançados com as metas propostas, permitida a reavaliação das metas acordadas em caso de ausência de demanda.

§ 1º. Os relatórios serão acompanhados de demonstrativos das atividades realizadas, além de outras análises cabíveis.

§ 2º. A apresentação dos relatórios previstos nesta cláusula não exime a ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTRATADA de prestar ao ÓRGÃO CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações relevantes ao acompanhamento da execução das atividades.

DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

CLÁUSULA 14^a. O ÓRGÃO CONTRATANTE será o responsável pelo acompanhamento, pela supervisão e pela avaliação das atividades desenvolvidas pela ENTIDADE SOCIAL CONTRATADA na vigência do presente Contrato de Gestão, por meio da Comissão de Avaliação, de acordo com as metas e indicadores de desempenho, previstos no plano de trabalho.

§ 1º. A Comissão de Avaliação reunir-se-á ordinariamente, ao final de cada trimestre, para avaliação da execução do contrato de gestão, com base nas metas contratualmente estipuladas, nos resultados efetivamente alcançados pela Organização social com aplicação dos recursos públicos sob sua gestão, elaborando relatório conclusivo sobre a análise procedida.

l 7/06



§ 2º. Caberá à Contratada apresentar à Comissão de Avaliação, ao término de cada exercício, ou a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 3º. O relatório conclusivo da Comissão de Avaliação será elaborado em 3 (três) vias, que serão encaminhadas para a Diretoria Municipal da Saúde, à Comissão de Avaliação e à Organização Social.

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA 15ª. As partes promoverão a repactuação, total ou parcial deste Contrato de Gestão, mediante Termo Aditivo, nas seguintes hipóteses:

- a) Para adequação do instrumento contratual aos dispositivos da legislação vigente;
- b) Para ajuste de metas e revisão de indicadores de desempenho previstos;
- c) Reequilíbrio financeiro sempre que houver reajuste de preços de produtos, insumos, serviços, dissídios coletivos, ampliação de tributos ou surgimento de novos tributos, bem como a variação de preços de mercado em produtos e serviços essenciais ao desenvolvimento das atividades previstas
- d) Para adequação a novas políticas de governo que inviabilizem sua execução nas condições contratuais originalmente pactuadas;
- e) Para adequação de preços, decorrentes de aumentos legais e/ou aumento ou de metas ou de custeio;
- f) Para adequação de preços decorrentes de aumento de custeio tais como: seguro, benefícios, reflexos de decisões judiciais ou dissídios coletivos;
- g) Aumento do teto do SUS;
- h) Ampliação dos recursos estaduais estabelecidos pelo colegiado regional.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 16ª. O presente Contrato de Gestão, bem como seu Anexo, poderão ser anualmente revisados e alterados, parcial ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes.

§ 1º. A alteração total ou parcial do presente Contrato de Gestão, bem como dos anexos que os integram deverá ser submetida à autorização da CONTRATANTE, após parecer fundamentado da Comissão de Avaliação.

§ 2º. Os anexos Técnicos que compõem este Contrato de Gestão, em razão de seu caráter transitório, são passíveis de atualização, a fim de contemplar novas diretrizes de interesse da Secretaria Municipal da Saúde, vigentes nos novos períodos de contratualização.

l J 8 Juv



DA RECISÃO

CLÁUSULA 17^a. O presente Contrato de Gestão poderá ser rescindido, por acordo entre as partes administrativas oficiais, independentemente das medidas legais cabíveis, com antecedência de 30 (trinta) dias nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula ou objeto, decorrente de má gestão, culpa, dolo ou violação da Lei ou do Estatuto Social da ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTRATADA;
- b) Não atendimento das recomendações do ÓRGÃO CONTRATANTE;
- c) Alteração do Estatuto da Entidade Social Contratada que implique modificação das condições de sua qualificação como Organização Social ou da execução do presente Contrato de Gestão.
- d) Inadimplemento do parceiro público.

§ 1º. Na hipótese de rescisão administrativa, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTRATADA restituirá, imediatamente, ao patrimônio do (Órgão Contratante), os bens cedidos na forma do Contrato de Gestão e procederá a apuração de saldo ou prejuízo existente.

§ 2º. Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, a Prefeitura de Pedro de Toledo arcará com os custos relativos à dispensa de pessoal contratado pela Organização Social para a execução do objeto e das atividades previstas no Contrato de Gestão e em seus anexos, independentemente de indenização a que a CONTRATADA faça jus.

§ 3º. A CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo pagamento de todas as verbas rescisórias devidas, em razão de vínculo trabalhistico dos empregados que vierem a laborar no ÓRGÃO CONTRATANTE, bem como pelos custos com relativos à rescisão de contratos com terceiros, responsabilizando-se pela defesa nas ações judiciais e extrajudiciais de qualquer natureza, arcando com eventuais condenações, quando a rescisão ocorrer por inadimplência do poder público.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA 18^a. O presente Contrato de Gestão, no prazo previsto na legislação em vigor, será publicado em jornal de circulação no Município de Pedro de Toledo, às expensas do ÓRGÃO CONTRATANTE.

DAS DIVERGÊNCIAS

CLÁUSULA 19^a. Eventuais divergências decorrentes do cumprimento deste Contrato de Gestão serão solucionadas pelas administrações das partes contratantes.

Parágrafo único: O prazo para reclamação de falhas técnicas observadas pelo parceiro público ou pela Organização social Contratada para a



execução do objeto do Contrato de Gestão será de 90 (noventa) dias, mediante comprovação da responsabilidade e demonstração de eventuais prejuízos, sob pena de desobrigar-se a parte responsável de quaisquer responsabilidades e reclamações futuras.

DA CESSÃO

CLÁUSULA 20^a. O objeto previsto neste Contrato de Gestão não poderá ser cedido total ou parcialmente a terceiros sem prévio aviso e expresso consentimento do ÓRGÃO CONTRATANTE.

DA NOVAÇÃO

CLÁUSULA 21^a. A abstenção de qualquer direito, poder, recurso, ou faculdade assegurada por lei ou pelo presente Contrato de Gestão, bem como a eventual tolerância no atraso do cumprimento de qualquer obrigação, por qualquer das partes, não constituirá novação nem impedirá que a parte interessada, a seu exclusivo critério, venha a exercer tais direitos, que se consideram cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em Lei.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA 22. O prazo de execução e de vigência do presente Contrato de Gestão é de 12 meses podendo ser renovado sucessivamente até 60 (sessenta) meses ou ter seu prazo prorrogado desde que haja interesse das partes manifestadas com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

§ 1º. O Presente Contrato de Gestão poderá ainda ser aditado e/ou alterado, de comum acordo entre as partes, desde que manifestado no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º. O Prazo de vigência do Contrato de Gestão não exime a CONTRATANTE da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 23. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato de gestão aplicam-se as penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93 de 21/06/93.

§ 1º. A imposição de penalidades dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas que o tenham norteado, e dela será notificada a Contratada.

10



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PEDRO DE TOLEDO

PEDRO DE TOLEDO

VAI VIVER
UMA NOVA
HISTÓRIA

§ 2º. Da data da aplicação das penalidades a Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para interpor recurso, assegurado o amplo direito à defesa.

DO FORO

CLÁUSULA 24. Fica eleito o foro da Comarca de Itariri/SP, como o órgão competente para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia oriunda da execução do presente Contrato de Gestão, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

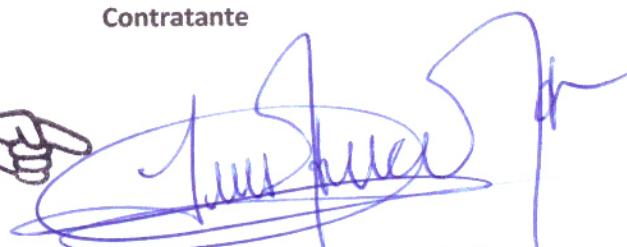
E assim, justas e acertadas assinam as partes o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Pedro de Toledo 05, Outubro de 2018.



MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO
ELEAZAR MUNIZ JUNIOR

Contratante



Luis Antonio Picerni Herce

SOCIEDADE BENEFICENTE CAMINHO DE DAMASCO

LUIS ANTONIO PICERNI HERCE

Contratado

RECONHECIMENTO NO VERSO

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PEDRO DE TOLEDO

PEDRO DE TOLEDO

VAI VIVER
UMA NOVA
HISTÓRIA

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Advogado:

Contratada: SOCIEDADE BENEFICIENTE CAMINHO DE DAMASCO

Advogado:

Contrato/Ata nº: 34/2018 – Data da Assinatura: 05/10/2018.

Objeto:

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Pedro de Toledo, 05 de Outubro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

ELEAZAR MUNIZ JUNIOR

Prefeito Municipal

Pela Contratante



SOCIEDADE BENEFICIENTE CAMINHO DE DAMASCO

LUIS ANTONIO PICERNI HERCE

Pela Contratada

RECONHECIMENTO NO VERSO



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PEDRO DE TOLEDO

PEDRO DE TOLEDO

VAI VIVER
UMA NOVA
HISTÓRIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANEXO LC-02 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO – SP.

CONTRATADA: SOCIEDADE BENEFICIENTE CAMINHO DE DAMASCO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2018

CONTRATO DE GESTÃO Nº 34/2018

Nome	ELEAZAR MUNIZ JUNIOR
Cargo	PREFEITO MUNICIPAL
RG nº	42.400.364-8 SSP/SP
CPF nº	218.905.338-23
Endereço (*)	RUA PROFESSORA SUELY PAGANINI RIBEIRO, 212 – CENTRO – PEDRO DE TOLEDO/SP
Telefone	(13) 3419-7000
E-mail Institucional	gabinete@pedrodetoledo.sp.gov.br
E-mail Pessoal	eleazar-muniz@bol.com.br

(*) Não deve ser o endereço/e-mail do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde poderá ser encontrado (a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	KAREEN CHRISTINA GOMES DA COSTA
Cargo	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, PATRIMONIO E LICITAÇÕES
Endereço Comercial do Órgão/Setor	AVENIDA CORONEL RAIMUNDO VASCONCELOS, 230 – CENTRO – PEDRO DE TOLEDO/SP
Telefone e Fax	(13) 3419-1599
E-mail Institucional	compras@pedrodetoledo.sp.gov.br

Pedro de Toledo, 05 de Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO
ELEAZAR MUNIZ JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PEDRO DE TOLEDO

PEDRO DE TOLEDO

VAI VIVER
UMA NOVA
HISTÓRIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANEXO LC-03 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

CNPJ Nº: 46.578.530/0001-12

CONTRATADA: Sociedade Beneficente Caminho de Damasco.

CNPJ Nº: 48.211.585/0001-15

CONTRATO/CHAMAMENTO Nº: 03/2018

DATA DA ASSINATURA: 03/2018

:

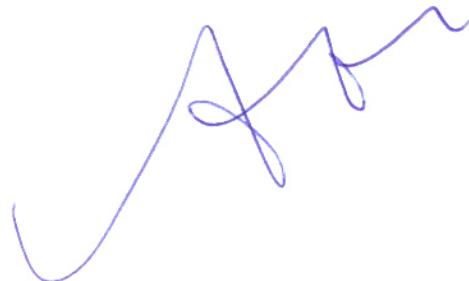
OBJETO: contrato que entre si celebram o município de Pedro de Toledo, por intermédio da secretaria municipal da saúde e a sociedade beneficente caminho de damasco, qualificada como organização social, no município de Pedro de Toledo, na área da saúde, visando atividades no município conforme normas legais – oss.

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Pedro de Toledo, 05 de Outubro de 2018.



Eleazar Muniz Junior
Prefeito Municipal



14

